

Estado de Excepción: Una mirada a Yugoslavia y la cuestión del Kosovo.

Romi Bruno.

Cita:

Romi Bruno (2010). *Estado de Excepción: Una mirada a Yugoslavia y la cuestión del Kosovo*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/752>

Autor: Bruno Romi
E-mail: stintino@gmail.com
Instituição: Faculdades de Campinas

Estado de Exceção: um olhar sobre a Iugoslávia e a questão do Kosovo

“Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por La Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Buenos Aires, 28 a 30 de Julio de 2010”

A Sarajevo

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os conflitos que se desenrolaram ao longo da década de 1990 na região dos Bálcãs, em uma perspectiva de estabelecimento de novos paradigmas nas relações internacionais inseridos no contexto do pós Guerra Fria. Será realizada uma breve perspectiva histórica da formação, consolidação e declínio do Estado iugoslavo, o surgimento de radicalismos, as guerras de independência e anexação territorial ocorridas na região. Uma ênfase será dada a questão do Kosovo, analisada a partir dos preceitos teóricos de estado de exceção denominados por Giorgio Agamben.

PALAVRAS-CHAVE: Kosovo, Yugoslávia, Estado de Exceção

ABSTRACT

Este documento tiene como objetivo analizar los conflictos que tuvieron lugar durante la década de 1990 en los Balcanes, desde la perspectiva de establecer nuevos paradigmas en las relaciones internacionales en el contexto de la post-Guerra Fría. Habrá una breve perspectiva histórica de la formación, consolidación y decadencia del Estado yugoslavo, el aumento del radicalismo, las guerras de la independencia y anexión territorial que se pasarán en la región. El énfasis se dará a la cuestión de Kosovo, se analizará según la teoría de estado de excepción Giorgio de Agamben.

PALABRAS CLAVE: Kosovo Yugoslavia Estado de Excepción

ABSTRACT

This paper aims to analyze the conflicts that took place during the 1990s in the Balkans, from the perspective of establishing new paradigms in international relations within the context of post-Cold War. There will be a brief historical perspective of the formation, consolidation and decline of the Yugoslav state, the rise of radicalism, the wars of independence and annexation occurred in the region. An emphasis will be given to the Kosovo issue, examined from the theoretical rules of state of exception called by Giorgio Agamben.

KEY-WORDS: Kosovo, Yugoslavia, State of exception

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ELK – Exercito de Libertação do Kosovo.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

RSFI – República Socialista Federativa da Iugoslávia.

UNPROFOR – Força de Proteção da Paz das Nações Unidas.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Formação e desmantelamento do Estado iugoslavo.....	09
1.1- Breve história da Iugoslávia – formação do Estado nacional à morte de Tito.....	09
1.2- A crise econômica, o avanço do radicalismo e os conflitos.	11
Kosovo: Ultranacionalismo, conflito e seus desdobramentos.....	16
2.1- O ultranacionalismo, o Kosovo e a maioria albanesa.	17
2.2- Traçados para o conflito.	17
2.3- O conflito e seus desdobramentos.	19
Kosovo e o Estado de Exceção.....	22
3.1- Estado de Exceção.	22
3.2- Exceção em Kosovo.	23
Considerações Finais.	27
Referências Bibliográficas.	29

Introdução

A década de 90 foi marcada pelos conflitos da guerra civil iugoslava, conflitos tais, de tamanha violência, cuja escala não era vista desde o fim da Segunda Guerra Mundial (JUDT 2008), sobretudo no que diz respeito às justificativas dos conflitos e a inflamação de um nacionalismo exacerbado comparável ao mesmo nacionalismo que respaldou os regimes fascistas do entre guerras e possibilitou a concretização do holocausto. Cinco foram as guerras ocorridas na antiga Iugoslávia ao longo de toda a década de 1990, ocorrendo entre a Iugoslávia e a Eslovênia, Iugoslávia e Croácia, Iugoslávia e Bósnia, estas em virtude da declaração de independência dos três países, entre a Bósnia e a Croácia, uma guerra com vistas na anexação territorial de parte da Bósnia de maioria croata pela Croácia, e finalmente a guerra do Kosovo, de caráter separatista. A compreensão desta série de disputas ocorridas na região demanda a inserção dos fatos em um contexto internacional de mudanças de paradigma, o conhecimento das complexas particularidades culturais e religiosas da região, além de noção histórica da formação do Estado Iugoslavo.

Os conflitos afloraram a partir do processo de reconfiguração dos antigos países socialistas após o final da Guerra Fria e representam a realidade vivida pelo sistema internacional em uma fase clara de transição de um mundo bipolar para consolidação do capitalismo como sistema socioeconômico prevalecente, encabeçado pela hegemonia norte-americana. Os conflitos dos Balcãs servem então como pano de fundo para a afirmação de novos paradigmas nas relações internacionais. Inaugura-se uma nova fase de atuação das Nações Unidas, estabelecem-se novos objetivos para a Organização do Tratado do Atlântico Norte, além do conceito de intervenção humanitária, praticada pelos países-membros da OTAN na região, e que se tornará corrente no mundo atual. O desmantelamento do Estado Iugoslavo, o surgimento de novos estados e o processo como se deu o ocorrido são temáticas a serem tratadas no presente trabalho, que fará uma análise dos fatos articulada com a realidade do sistema internacional à época dos conflitos.

No primeiro capítulo será realizada uma breve descrição da história da Iugoslávia, abordando a importância histórica da região, disputada pelos grandes impérios ao seu entorno, a construção do Estado iugoslavo durante o pós Segunda Guerra, a queda do socialismo e o avanço do radicalismo, que delineou as bases para a explosão dos conflitos, além da descrição das quatro guerras que precederam ao conflito do Kosovo. O segundo capítulo tratará das questões relacionadas especificamente ao Kosovo, sendo realizada uma descrição de suas particularidades, do avanço do radicalismo sérvio para com a população albanesa e do desenvolvimento de uma crise de caráter internacional, que culminou na intervenção externa praticada pela OTAN. Finalmente, no terceiro capítulo será realizada uma breve descrição teórica a respeito da perspectiva de Giorgio Agamben¹ sobre estado de exceção, seguida da análise dos fatos ocorridos em Kosovo a partir da ótica da formação de um estado de exceção dentro do Estado iugoslavo e seus desdobramentos.

¹ Duas obras do autor serão utilizadas, *Homo sacer* – o poder soberano e a vida nua I; e *Estado de Exceção*. Referências completas na bibliografia

CAPÍTULO I

Formação e desmantelamento do Estado iugoslavo.

1.1- Breve história da Iugoslávia – formação do Estado nacional à morte de Tito.

O Estado nacional iugoslavo surge a partir do final da Segunda Guerra Mundial e conclui um processo de constante transformação das fronteiras, domínios e áreas de influência vivido na região desde tempos remotos. Sua localização explica, em parte, o motivo das constantes mudanças de mão do governo daquela região, assim como de suas fronteiras e diversidade cultural. Localizada no sudeste europeu, fora a linha de fratura entre dois grandes impérios: de um lado, o império austro-húngaro, de outro, o império turco-otomano, formando uma zona-tampão entre os dois impérios, região que funcionava como área de segurança, e que permeava entre um domínio e outro constantemente. Outra grande civilização que teve influência sobre a região fora a russa, que contribuiu na formação étnica da região, assim como para com o idioma falado por toda a região. Em meio a este amontoado de influências culturais é que vai surgir a Iugoslávia e se formará a nação iugoslava, a despeito de tantas controvérsias como a presença de três religiões predominantes: catolicismo romano, islamismo e catolicismo ortodoxo. (JUDT, 2008)

As disputas entre os grandes impérios sobre a região culminou no estopim da Primeira Guerra Mundial, desencadeada após o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando em Sarajevo, por um ativista da Mão Negra, grupo sérvio opositor ao império austro-húngaro, que havia avançado sobre a região da Bósnia em 1908 e mantinha pretensões expansionistas para outras regiões antes parte do império turco-otomano. Antes mesmo do conflito mundial, havia surgido na região movimentos pan-eslavistas contrários a subordinação aos grandes impérios e favoráveis a construção de um Estado independente, movimentos estes fortemente apoiados pela Rússia, que tinha interesses na independência da região e da formação de alianças com o novo Estado independente, o que lhe garantiria acesso ao mar Adriático. Em 1912 a Servia e Montenegro já haviam conquistado sua independência, o que animou os movimentos separatistas de outras partes da região.

Os movimentos revolucionários na Europa, a penetração do capitalismo, o surgimento de um movimento operário organizado e o processo de constituição das nações foram fatores que influenciaram grandemente os povos iugoslavos na luta pela sua libertação nacional, sua promoção socioeconômica e a afirmação de seu Estado nacional. (SOARES, 1999, p.11).

A deterioração do império austro-húngaro deu fôlego para que o projeto de unificação nacional se concretizasse e assim, sob a liderança servia, fora declarada em 1917 a formação de um único Estado na região, sendo este composto pelos territórios da Servia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Eslovênia e Montenegro, funcionando como regime monárquico-constitucional. (SOARES, 1999)

Durante as duas décadas entre a primeira e segunda Guerra Mundial o novo Estado viveu período de grande instabilidade, passando por problemas de reconhecimento internacional a golpes de Estado. A primeira dificuldade fora resolvida ente 1919 e 1924, sendo selados acordos de fronteira, sobretudo com a Bulgária e a Itália e o vácuo deixado pelo desmantelamento dos grandes impérios fora preenchido. Uma vez resolvidos os problemas externos, restavam contendas internas quanto à distribuição de poder entre os territórios unificados. O trono fora ocupado pelo sérvio Pedro I até sua morte em 1921, quando assumira seu filho Alexandre I. Havia tensões entre sérvios, croatas e eslovenos por esses últimos alegarem que a Constituição de 1921 favorecia a centralização do poder na Servia. Alexandre I aplicou então um golpe de Estado implantando a ditadura, situação que deu margem ao surgimento de movimentos separatistas e ao radicalismo. Em 1934 o rei

Alexandre I fora assassinado em Marselha por um grupo radical croata e assumiu então seu filho Pedro II, de apenas 11 anos e como príncipe regente Paulo, primo de seu pai. Os problemas internos ainda persistiram com o novo governo e há ainda uma redefinição da política externa que passa para uma aproximação com os regimes fascistas da Alemanha e da Itália, o que, com o início da Segunda Guerra Mundial, levou o país a adesão ao Eixo. Uma resistência a posição oficial fora montada dentro do país, organização que se articulou de maneira a depor o príncipe regente, declarar a maioria de Pedro II e cooptá-lo a assinar um pacto de amizade com a União Soviética. A assinatura do acordo provocara uma resposta enérgica do Eixo, que invadiu imediatamente a região e a partilhou entre a Alemanha, Itália, Hungria e Bulgária, mantendo apenas a Croácia como Estado independente. (SOARES, 1999)

Neste momento a Iugoslávia vive uma situação contraditória de resistência a ocupação estrangeira e ao mesmo tempo guerra civil. A resistência possuía duas frentes: a representada pelos chamados *chetniks*, monarquistas sérvios, e pelos *partisans*, de idéias comunistas, estes liderados por Josip Broz Tito, que se tornaria a figura política central para a construção da Iugoslávia socialista. Estas duas frentes não eram coesas e chegaram até a se confrontarem. Outra frente da guerra civil era composta pelos *ustachis*, nacionalistas croatas que aderiram às idéias nazistas. A partir de 1941, Tito organizou a resistência popular, mobilizou brigadas e comandou a atuação da resistência que funcionara em todo o país, com a forte participação de civis, sobretudo provenientes da classe operária e camponesa. Em 1943, após uma conferência em Teerã, há uma percepção por parte dos Aliados de que a resistência *partisan* ao Eixo era a mais sólida e de maior sucesso, portanto o Exército de Libertação da Iugoslávia, comandado por Tito, é reconhecido e passa a receber apoio dos Aliados. Com a ajuda estrangeira e um exército de cerca de 450 mil soldados, os invasores são expulsos e a guerra termina na região em Agosto de 1945, seguida da formação de um governo iugoslavo unificado e da constituição da República Federativa Socialista da Iugoslávia. (SOARES, 1999)

A República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI) – que só veio a assim ser chamada em 1963 – surgira em 1945 e fora fundada pela resistência formada na região durante os anos de dominação do Eixo. Esta era constituída por “*unidades separadas dentro de um Estado federal cuja presidência incluía representantes das seis repúblicas e de duas regiões autônomas*” (JUDT, 2008, p.659), sendo estas a Eslovênia e Croácia, de população católica, a Bósnia, predominantemente muçulmana, e Sérvia, Macedônia e Montenegro, que possuem tanto parcela muçulmana como cristã ortodoxa da população. As regiões autônomas eram a Vojvodina, multiétnica, e o Kosovo, de maioria albanesa, ambas situadas na Servia. A unidade de repúblicas tão diversificadas fora mantida pela personalidade carismática de Josip Broz Tito, presidente vitalício da RSFI até a sua morte em 1980, e fora fruto de uma elite jovem intelectual, resultante das inovações ideológicas do início do século XX e dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, desapegada ao passado, menos ligada a religião, e com “espírito” cosmopolita. A figura de Tito foi essencial para a montagem e manutenção do Estado iugoslavo. Carismático, o político conquistara não só os iugoslavos, como lideranças mundiais tanto capitalistas como socialistas. (JUDT, 2008)

Durante os 35 anos em que Tito esteve à frente da presidência iugoslava (1945 – 1980) o país passou por total reestruturação socioeconômica. Fora implantado um modelo econômico socialista distinto daquele russo, em vez de serem estabelecidas grandes empresas estatais, os meios de produção eram administrados por cooperativas de trabalhadores, com participação do Estado, de modo a existir concorrência entre as cooperativas e permitir ao trabalhador a tomada de decisão sobre resultados globais de sua empresa.

A economia iugoslava, baseada nesse sistema de propriedade social, deu um salto extraordinário no período pós-guerra, apresentando um crescimento do seu Produto Interno Bruto da ordem de 6,5% em média, no período 1945-

1980. O setor industrial apresentou um crescimento acentuado graças aos recursos minerais do país. A mineração e a indústria passaram a concentrar 40% da força de trabalho, sendo responsáveis por mais de 46% da receita do PIB. (SOARES, 1999, p. 24)

No que tange a política externa durante seus anos de gestão, há o rompimento com Moscou, logo em meados da Guerra Fria. O sucesso econômico do país, seu modelo diferenciado de gestão econômica causara preocupações na URSS; além disso, havia grande apreensão da Iugoslávia quanto ao intervencionismo russo praticado em outros países socialistas, fato que veio a fortalecer a unidade do país. Após o rompimento com a URSS, Tito ingressou no chamado Movimento dos Não-Alinhados, criado em 1961, que tinha como linha básica o distanciamento dos sistemas político-militares tanto dos Estados Unidos, como da URSS.

Seis anos antes de sua morte, o presidente vitalício elaborou uma Constituição (1974) na qual procurava dividir igualmente o poder entre as repúblicas, montando um sistema rotativo da presidência da República e conferindo às regiões maior nível de autonomia. O sistema só viria a ser posto em prática a partir de 1980, com a morte de Tito, e a partir desse momento é que se iniciam os problemas de manutenção da República. (JUDT, 2008). Uma vez abordadas as particularidades da formação do Estado Iugoslavo fica mais claro o entendimento de como se desdobraram os conflitos que o desmantelou.

1.2- A crise econômica, o avanço do radicalismo e os conflitos.

A partir da morte de Tito colocou-se em prática o esquema presidencial rotativo, no qual cada república mais as duas regiões autônomas possuíam um voto de igual peso, entretanto tal esquema que não completaria doze anos. A década que seguiu à sua morte não fora próspera para a Iugoslávia. A economia, assim como a dos demais países socialistas, passava por grandes dificuldades de financiamento, e ao contrário da União Soviética que se beneficiara dos capitais do euromercado, a RSFI adotara uma estratégia de financiamento baseada na emissão de moeda nacional e no aumento da dívida pública, o que ao longo dos anos 1980 se traduziu em taxas elevadas de inflação e acabou por agravar a situação econômica iugoslava. O norte consistia na parcela mais rica e desenvolvida da República, e grandes diferenças econômicas existiam entre a região e o sul, pobre, sendo que o nível de vida das repúblicas do norte (Eslovênia e Croácia) eram comparáveis ao da Áustria, enquanto a renda per capita de Kosovo se equiparava a de países africanos como a Nigéria. O novo contexto econômico provocou desemprego de 13% na década de 1980, aumentou o fluxo de migração das regiões mais pobres para as mais ricas e o índice de inflação chegou a 217% no ano de 1988. (SOARES, 1999).

Em meio a problemas econômicos e o enfraquecimento da legitimidade ideológica do comunismo surgem lideranças que enxergam na crise instaurada na república a oportunidade de se afirmarem no poder. Dentre os líderes se destaca Slobodan Milošević, presidente da Servia e presidente temporário da RSFI (assume em 1988) a época dos conflitos, que foram divididos por Judt (2008) em cinco guerras da Iugoslavia. Não há dúvida que Milošević foi o principal articulador dos conflitos, sobretudo na guerra do Kosovo, objeto de estudo deste trabalho. O interesse do líder sérvio em apoiar direta ou indiretamente os conflitos que se desenrolaram na região estava relacionado aos seus objetivos políticos e à própria maneira com que este chegara ao poder. Sua campanha política fora construída com base em promessas de manutenção do Estado iugoslavo e sobre práticas de discursos ultranacionalistas. O iminente desmantelamento do território iugoslavo fornecia elementos o suficiente para respaldar a campanha nacionalista, visto que existiam iugoslavos de origem

servia espalhados por outras regiões da Iugoslávia que se colocariam contra a separação territorial e mais adiante formariam os grupos armados que promoveram o genocídio durante a guerra da Bósnia.

Milošević ganhara destaque dentro do Partido Comunista Sérvio ao mobilizar uma campanha crítica ao modelo federativo presente na Constituição, alegando que por compor a maioria do país a Sérvia deveria ter maior poder de decisão sobre toda a República. Uma vez conquistada sua popularidade, o líder iniciou uma campanha feroz para a anexação das províncias de Kosovo e Vojvodina à Sérvia, com vistas à construção da chamada por ele da Grande Sérvia. Em seus discursos Milošević ainda atribuía os problemas econômicos ao modelo constitucional e defendia a centralização do poder em Belgrado como solução para a crise. Sua campanha radical levantou críticas na Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina; no entanto, apesar disso, conseguiu se eleger presidente da RSFI. Sua primeira ação como presidente fora incorporar o Kosovo e Vojvodina à Sérvia em 1989. A anexação do Kosovo fora violenta e problemática, visto que a região de maioria albanesa visava a algum tempo a obtenção do status de república; no entanto, com a direção do Exército iugoslavo nas mãos, a anexação fora facilmente concretizada. O segundo passo rumo à expansão do poder sérvio fora a tentativa de findar com a estrutura federativa da Iugoslávia, essa tentativa, no entanto, levaria a maiores conseqüências. Desde o início de sua campanha nacionalista surgiram, sobretudo na Eslovênia e na Croácia, movimentos políticos favoráveis à abertura ao capitalismo, ao multipluralismo partidário e a independência de suas repúblicas. Os argumentos das lideranças dos movimentos alegavam que seus territórios representavam a parcela mais desenvolvida da República, que traziam maiores benefícios econômica e que sua população não deveria arcar com os prejuízos econômicos do sul. Esse argumento ganhou maior peso quando as intenções centralizadoras de Milošević se tornaram praticáveis, com sua ascensão ao poder. Sua tentativa de golpe na Constituição de 1974 levou a Eslovênia (1990), seguida da Croácia (1991), a promoverem plebiscitos sobre independência. Os resultados foram esmagadoramente favoráveis a independência. Seguindo os passos das Repúblicas do norte, o Kosovo, em junho de 1990, se declara República, ação que fora violentamente sufocada pela Sérvia. Em Agosto do mesmo ano, a Bósnia-Herzegovina anunciava que estava prestes a realizar eleições pluralistas. Era clara a convulsão que tomara conta das Repúblicas e desenhou-se então o quadro de guerra civil. A partir de então, se desenrolarão cinco guerras na Iugoslávia, sendo estas entre a Iugoslávia e a Eslovênia, Iugoslávia e Croácia, Iugoslávia e Bósnia, estes em virtude da declaração de independência dos três países, entre a Bósnia e a Croácia, uma guerra com vistas na anexação territorial de parte da Bósnia de maioria croata e finalmente a guerra do Kosovo.

No ano de 1991 iniciam-se as guerras de separação da Croácia e da Eslovênia simultaneamente. A declaração de independência, a princípio, sem apoio internacional, logo foi aceita pela Europa, desde que os novos países se organizassem de maneira democrática, respeitassem as fronteiras e as minorias étnicas presentes em seus territórios. O nível de desenvolvimento econômico dos dois países era alto e estes tinham planos de serem incorporados futuramente ao bloco econômico europeu. A resistência internacional às independências dos dois países iugoslavos foi logo relaxada devido ao próprio contexto internacional, no qual em 1991 ocorrera o desmantelamento da URSS e o conseqüente surgimento de quinze novos países provenientes do bloco. A separação das duas Repúblicas teria sido mais tranqüila se não fosse a presença de minorias sérvias em seus territórios, sobretudo na Croácia. Com o apoio do governo central, foram montadas resistências e visavam à anexação dos territórios ocupados por croatas de origem sérvia a Sérvia. A guerra com a Eslovênia logo se resolvera e, sem grandes problemas, o país conquistara sua

independência (1991). No caso da Croácia os conflitos foram mais longos e violentos devido a existência de duas regiões croatas com grande população sérvia. O conflito teve seu término em fevereiro de 1992, sendo que as regiões croatas Krajina e Eslavônia ficaram sob comando sérvio. Somente em 1995 que a Croácia viria a reconquistar as áreas perdidas e restabelecer suas fronteiras originais, que perduram até hoje. É válido ressaltar que assim como na Sérvia, o governo que tomou dianteira na Croácia era demasiadamente nacionalista e como Milošević Franjo Tudjman, presidente da Croácia, promoveu massacres contra minorias sérvias e bósnias em seu território e fora dele. A recuperação das regiões croatas dominadas pelas forças sérvias ocorreu da mesma maneira brutal aplicada pelos sérvios aos muçulmanos, sendo promovida uma “limpeza étnica” na região e gerando uma massa de quase 200 mil refugiados (SOARES, 1999)

Em março de 1992 a Bósnia-Herzegovina realizou um plebiscito para decidir se haveria ou não a independência da Iugoslávia. O resultado final fora favorável a independência, no entanto sua realização não contou com a participação dos sérvio-bósnios, que boicotaram a votação. Deu-se então o início do mais longo e violento conflito dentre aqueles ocorridos na Iugoslávia. A população bósnia era a mais multiétnica de todas as Repúblicas, sendo 43,7% de muçulmanos, 32% de sérvios e 17,4% de croatas (SOARES, 1999). A resposta dos sérvio-bósnios ao plebiscito fora a proclamação da chamada República Sérvia da Bósnia, estabelecida nos territórios de maioria sérvia, tendo a cidade de Pale como capital, que obteve apoio da Iugoslávia e concomitantemente iniciaram intensos bombardeios contra a capital Sarajevo, que fora sitiada. A geografia do local forneceu às forças sérvias posição privilegiada devido ao posicionamento da cidade em meio a um vale cercado de montanhas, aonde se dispuseram os franco-atiradores sérvios, com plena visibilidade de toda a cidade. A Sérvia apresentava vantagem bélica infinitamente maior que a Bósnia por ter herdado os equipamentos e um grande exército da antiga Iugoslávia. A situação levou o Conselho da ONU aprovar uma resolução que previa o envio de 14 mil soldados para a região e a criação da UNPROFOR (Força de Proteção da Paz das Nações Unidas), com o objetivo de monitorar a cidade de Sarajevo e garantir a ela abastecimento de remédios e alimentos. Em maio do mesmo ano, as independências da Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina foram plenamente reconhecidas pela comunidade internacional ao ingressarem nas Nações Unidas, ao mesmo tempo sanções econômicas foram estabelecidas pela organização para com a Iugoslávia, em uma tentativa de diminuir suas ações beligerantes. Em setembro o país seria expulso da organização, além de ser estabelecido um bloqueio naval. Outra importante ação do organismo foi a criação, através da Resolução 836 do Conselho de Segurança, de seis áreas de segurança, a fim de abrigar e proteger refugiados civis: Sarajevo, Bihac, Tuzla, Srebrenica, Zepa e Gorazde (SOARES, 1999).

O avanço das forças sérvias em território bósnio era impressionante; a despeito do bloqueio econômico e naval e da presença de contingentes da ONU, nada conseguia frear o avanço das tropas sérvias, nem o massacre de civis por elas promovidos. O fracasso da ONU fora tamanho que três de suas cidades-áreas de segurança foram conquistadas, provocando uma fuga em massa da população ali abrigada, além do recuo das tropas de paz. Em outubro de 1992, o organismo requisitou a ajuda da OTAN, primeiramente para monitorar o espaço aéreo bósnio a fim de que se fossem respeitados os limites impostos pela ONU. Mais tarde, em fevereiro de 1994, a OTAN realizara sua primeira ação militar efetiva, que consistiu no ataque aéreo de forças sérvias na Bósnia, para que estas se recuassem e desfizessem o cerco estabelecido em Sarajevo. Apesar dos ataques da OTAN, os ataques a civis e trabalhadores da ONU continuaram, entretanto, a situação se tornara insustentável para os dois lados. Os massacres foram tamanhos e de tamanha crueldade equiparada àquela realizada durante o

holocausto (JUDT, 2008). A opinião pública internacional, que acompanhara a guerra em tempo real pelos meios de comunicação, passou a cobrar medidas eficazes, sobretudo dos países da Europa, que foram acusados de permitir o assassinato de milhares de civis dentro de seu continente de maneira passiva.

Para muitos não era interessante para o continente que se formasse ali dentro um Estado muçulmano, o que representaria uma porta para o fundamentalismo na Europa, segundo alguns políticos, como o francês Jean Marie Le Pen (SOARES, 1999 p. 82). Talvez esse tenha sido o principal elemento que motivara o descaso das potências européias quanto à resolução dos conflitos. Havia uma clara divisão de opiniões sobre o futuro da região entre as nações européias e os membros do Conselho de Segurança. A Rússia apoiava veementemente a posição da Iugoslávia, sua antiga zona de influência e de cultura similar. Os países da Europa central como um todo deram seu apoio à Croácia, que também tinha interesses em áreas pertencentes à Bósnia. Tudjman chegou a incentivar secretamente grupos croatas-bósnios a se separarem da Bósnia para posteriormente serem incorporados à Croácia. Os grupos agiram com tamanha violência que sua ação fora classificada pelo historiador Tony Judt como uma quinta guerra da Iugoslávia. Havia uma inércia por parte comunidade internacional quanto ao que se fazer com os conflitos. (JUDT, 2008). Não era clara a participação direta da Iugoslávia ou da Croácia nos conflitos visto que foram organizadas dentro da Bósnia milícias, que agiram com apoio desses Estados, mas que assumia para si os “créditos” da guerra. Apesar de ter sua independência reconhecida em 1992 a Bósnia estava claramente dividida e destruída. Sua capital se encontrava em meio a destroços e uma população moribunda e desprovida de recursos para se levantar. Começam então a emergir propostas para solucionar o problema. Um plano de partilha do território em duas partes fora apresentado pelo subsecretário norte-americano, Richard Holbrooke, em 1995, que consistia na divisão entre duas partes quase iguais em tamanho, sendo uma para os croatas e muçulmanos e outra para os sérvios. A partir dessa idéia inicial foram traçados os pontos da reunião de Dayton, nos Estados Unidos, promovida pelo então presidente Bill Clinton. Ficou estabelecido nesse encontro que a Bósnia seguiria constituindo um único país com um só parlamento e presidente eleitos diretamente pela população sob supervisão internacional, que haveria duas entidades: uma muçulmano-croata e outra sérvia que controlariam partes do território, que haveria livre circulação das populações de ambas as partes, que a capital, Sarajevo, continuaria unificada e que os acusados de crimes de guerra não poderiam assumir cargos públicos e estariam sujeitos a julgamento no Tribunal Internacional de Haia, e finalmente, uma força internacional se instalaria no país a fim de promover o monitoramento da ordem. O acordo formal de paz ocorrera na França, no final de 1995, promovido pelo presidente Jacques Chirac, tendo participado dela os principais líderes da OTAN, o presidente da Iugoslávia Slobodan Milošević, da Croácia Franjo Tudjman e da Bósnia Alijia Izetbegovic e nele foram formalizados os pontos estabelecidos em Dayton, findando com a guerra mais sangrenta da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. (SOARES, 1999).

Uma vez explicitada as condições em que se encontrava a Iugoslávia na década de 1990, fica mais claro entender o desenrolar dos fatos que levaram a guerra em Kosovo. Estabelecidas as fronteiras e findadas as possibilidades de expansão territorial e criação da Grande Sérvia prometida por Milošević, o presidente se depara com uma crise de estabilidade da sua posição política por não ter sido capaz de cumprir as realizações prometidas àqueles que o puseram no poder. Há necessidade de substituição do foco da “energia libidinal”² de

2 Alusão ao termo freudiano, presente na psicanálise, que diz respeito à característica de comportamento da libido – energia total à disposição do instinto de amor. O ser humano deposita sua “energia libidinal” em objetos de desejo. No caso de perda, ausência, ou perda de interesse pelo objeto desejado, ocorre um redirecionamento

seus eleitores a outro objetivo desejado de modo a ser criado outro inimigo que seja motor do nacionalismo e demande a presença do líder. Esse novo foco de fato é encontrado, desta vez dentro do território sérvio. As energias antes concentradas nos inimigos além das fronteiras são direcionadas ao Kosovo, a “província rebelde”. Havia já uma predisposição para o conflito entre o Kosovo e a Iugoslávia posto que a região vinha tentando a algum tempo sua separação. A diferença, no entanto, está no papel de estabilizador político que um conflito com a região viria a causar. Este último conflito será abordado no capítulo seguinte de maneira mais aprofundada.

da energia libidinal. Essa deixa de se concentrar no objeto antigo e passa a se concentrar em um novo (ou vários outros) objeto. (FREUD, 1997)

CAPÍTULO II

Kosovo: Ultranacionalismo, conflito e seus desdobramentos

2.1- O ultranacionalismo, o Kosovo e a maioria albanesa.

O entendimento da questão do Kosovo recai novamente na compreensão do nacionalismo exacerbado que emergiu na Iugoslávia ao final da década de 1980. Como já explicitado no primeiro capítulo, a falta de um líder que mantivesse a estabilidade entre as repúblicas, o agravamento da crise econômica e o declínio da ideologia socialista no mundo, abriram brechas para o surgimento de novas lideranças políticas que elaboraram propostas das mais distintas naturezas para substituir a ordem decadente. Enquanto nas demais repúblicas disseminavam-se ideais liberais, social-democratas e correntes políticas que se assemelhavam ao que ocorria nos vizinhos europeus do mundo capitalista, na Sérvia, a liderança política que conquista maior espaço e se sobressai se apoiou na incitação de nacionalismos existentes no passado, que ganham novas formas e utilidade no novo contexto. O principal líder e articulador do nacionalismo exacerbado que toma conta da Sérvia é o político Slobodan Milošević, eleito presidente da Sérvia em meados da década de 1980, teve como principal motor de sua campanha a exaltação de sentimentos nacionalistas radicais, que remetiam a ressentimentos de passado distante, lembranças que pareciam já estar superadas pelos sérvios, como a rememoração de batalhas entre sérvios e o império turco-otomano durante a Idade Média. Uma delas inclusive servira de justificativa histórica, segundo os nacionalistas para a importância do Kosovo para a Sérvia, sendo este “*o último bastião da Sérvia medieval contra o avanço dos turcos e local de uma histórica derrota militar, em 1389.*” (JUDT, 2008, p.662). O nacionalismo na região se apoiou nas diferenças culturais presentes dentro da Iugoslávia para delimitar e diferenciar àqueles que contemplavam o status de pertencentes à nação sérvia, composta por católicos ortodoxos sérvios, que tinham como principais antagonistas os muçulmanos. A rememoração de episódios tão remotos, como o caso citado acima, servia para acentuar diferenças e apontar os “inimigos” dos sérvios, de modo a promover a criação de um sentimento de pertencimento à nação. O passado, no entanto, não foi suficiente para tanto, foi preciso arquitetar um nacionalismo pela lógica do negativismo, em detrimento de outros povos é que se definia o povo sérvio.

A região do Kosovo, situada ao sul do território sérvio e fazendo fronteira com a Albânia, Montenegro e Macedônia, assim como toda a região, permeou entre o domínio de povos ocidentais e o império turco otomano. No período do entre-guerras compôs parte do Reino da Iugoslávia e ao final da Segunda Guerra se tornou parte da República Socialista Federativa da Iugoslávia, sendo concedida a região o status de província autônoma, com poder de voto de igual peso as demais Repúblicas que compunham a federação. A região, de maioria da população de origem albanesa muçulmana, teve essa maioria estabelecida, sobretudo ao longo do século XX. Durante a Segunda Guerra a Albânia fora dominada pela Itália fascista de Mussolini, que invadiu e anexou a região do Kosovo ao país, o que acabou por promover uma forte migração de muçulmanos albaneses para a região do Kosovo que ali se estabeleceu. Ainda durante a década de 1970, quando a Albânia socialista se isolara do mundo e passara a enfrentar miséria e penúrias econômicas, parte de sua população migrou para o Kosovo, aumentando ainda mais a parcela da população de origem albanesa na região. (SOARES, 1999, p.78). Na época do conflito a região autônoma continha 82% da população composta por albaneses, sendo toda região 16,6% da população sérvia (Judt, 2008, pp.662). A primeira grande mudança promovida por Milošević referente ao Kosovo foi a anexação da região à Sérvia em 1989, por meio de emenda na constituição sérvia, sendo que aquele mesmo

ano Milošević havia sido eleito presidente da República Sérvia. Uma vez anexada, Kosovo foi submetido ao comando de Belgrado, e a partir de então uma série de crimes contra os direitos dos cidadãos albaneses foram estabelecidos respaldados pelo próprio Estado. (JUDT, 2008)

2.2- Traçados para o conflito

Ao término das guerras de independência da Croácia, Eslovênia e Bósnia-Herzegovina as fronteiras originais das repúblicas foram mantidas, diferentemente de como planejara Milošević. Não foi possível, portanto, realizar as promessas de unificação dos territórios de população sérvia e a construção da Grande Sérvia prometida nos discursos do presidente. Surgem então pressões internas pela satisfação das promessas não cumpridas.

As derrotas militares na Bósnia e na Krajina (Croácia) enfraqueceram a liderança de Milošević, que sofreu importantes derrotas políticas nas eleições municipais de 1996 e enfrentou meses de manifestações populares pedindo sua renúncia quando tentou anular o resultado daquelas eleições. A subida ao poder de um governo de oposição em Montenegro, em 1997, também representou um revés importante para a coalizão socialista-ultranacionalista que domina o governo da Sérvia e as estruturas de poder federais. (...). As dificuldades políticas de Milosevic criaram incentivos para a retomada da questão do Kosovo como elemento dinamizador do discurso nacionalista na tentativa de, mais uma vez, consolidar seu poder pela invocação da ameaça externa à integridade e existência da nação sérvia. (NOGUEIRA, 2000, p. 148)

As atrocidades e crimes contra a população kosovar de origem albanesa iniciaram muito tempo antes do conflito. Como já visto anteriormente, muitos direitos desses cidadãos foram tolhidos pelo Estado, com a justificativa de que na região havia se estabelecido grupos insurgentes, e que tais medidas serviriam à manutenção das fronteiras da Iugoslávia. De fato, surgiram na região grupos políticos que reivindicavam a recuperação da autonomia política do Kosovo; entretanto, grupos de oposição as medidas do governo de Milošević emergiram quando as ações do governo passaram a violar os direitos da população. À medida que as violações iam se intensificando, o grupo de resistência política se fortalecia, sendo que parte desse grupo, desacreditada de que ativismo político seria capaz por si só de reverter a situação ali instaurada, optara pela luta armada. Foi montado o chamado Exército de Libertação do Kosovo (ELK), que passou a combater as forças policiais e militares da Iugoslávia em defesa da oprimida população kosovar. A existência de uma resistência armada serviu como pretexto para Milošević intensificar os crimes contra a população da região e promover o extermínio de famílias inteiras de albaneses, sob a alegação de que estas eram combatentes do ELK, portanto não civis. Por meio de ações da polícia nacional homens, mulheres e crianças sem qualquer relação com o ELK foram mortos, presos ou expulsos de suas casas. O plano em maior escala era o de promover o medo entre a população albanesa para que esta emigrasse para fora da Sérvia. (JUDT, 2008)

Há, a partir de 1998, uma intensificação da repressão iugoslava ao movimento separatista em Kosovo, de forma a dar-se início ao massacre da população de origem albanesa em moldes semelhantes àqueles utilizados pelos sérvios na promoção de limpeza étnica durante a Guerra da Bósnia. Em julho do mesmo ano o número de mortos era de 400 e cerca de 250 mil albaneses abandonaram suas casas e se tornaram refugiados, temendo a ofensiva

sérvia. (Malcolm, 1999 apud Nogueira, 2000 p. 159) A atuação violenta dos sérvios provocou uma mudança nas posições das lideranças mundiais quanto ao Kosovo, e as políticas iugoslavas de contenção do movimento separatista. Supostamente, a ação do governo iugoslavo em conter um movimento de insurreição dentro de seu território era legítima, posto que a soberania daquele Estado era reconhecida internacionalmente, assim como seu direito a proteção e manutenção de suas fronteiras. Entretanto, a condução do combate às forças separatistas de modo a promover massacre de civis albaneses no Kosovo, levou ao surgimento gradual de questionamentos, por parte da comunidade internacional, quanto à legitimidade das ações iugoslavas. Tal questionamento transformou o conflito interno em uma crise de caráter internacional, que segundo Nogueira foi possibilitada devido à

exclusão de uma solução para o problema do *status* daquela região no âmbito dos acordos de Dayton. A omissão dos negociadores do Grupo de Contato³ acerca do futuro do Kosovo enfraqueceu a posição daqueles entre a maioria albanesa que acreditavam em uma solução política que devolvesse a autonomia da região através de mediação internacional, e sinalizou ao governo iugoslavo que a condução da política para o Kosovo era de sua competência exclusiva, ou seja, que se tratava de um problema interno da Iugoslávia. (NOGUEIRA, 2000, p. 146).

Durante as negociações de paz em 1995, em Dayton, a questão do Kosovo não fora levada em pauta. À época, a preocupação dos participantes das discussões se concentrava na resolução da Guerra da Bósnia. O resultado final do acordo selado na França, no mesmo ano das discussões, fora a manutenção das fronteiras bósnias, seu reconhecimento como Estado independente, e ainda o reconhecimento internacional da Iugoslávia, sendo composta pelas repúblicas da Sérvia, de Montenegro e pelas regiões de Vojvodina e Kosovo. Apesar dos registros dos massacres sérvios contra os albaneses a contradição entre a defesa dos direitos humanos e a manutenção do *status quo* obtido em Dayton acabou por retardar uma reação internacional acerca da crise humanitária em curso. Além disso, existia uma disposição por parte da OTAN e dos Estados Unidos de que a integridade territorial iugoslava fosse mantida, valendo-se do que fora acordado em Dayton, fator que contribuiu para o atraso na tomada de medidas que suspendessem a crise humanitária. Uma última tentativa de acordo fora proposta a fim de se obter a resolução dos conflitos sem a necessidade de ofensivas militares. O acordo fora realizado em Rambouillet, aos arredores de Paris, no início de 1999 e teve como questões-chave “*o fim da repressão à maioria albanesa, a retirada das forças regulares e paramilitares sérvias e o envio de uma força de paz para garantir a implementação do acordo; e, finalmente, o status futuro do Kosovo dentro da Federação Iugoslava.*” (NOGUEIRA, 2000, p. 149)

Em síntese, o acordo propunha uma troca entre as partes: enquanto os albaneses deveriam abrir mão da realização do referendo sobre a independência, os sérvios deveriam aceitar a presença de forças internacionais (leia-se OTAN) em território sérvio. A presença internacional encabeçada pela OTAN era defendida sobretudo pelos Estados Unidos, que se apoiava na má experiência vivida pelas forças internacionais da ONU presentes na Bósnia, para defender sua posição. Ao mesmo tempo, Milošević se mostrava relutante quanto à presença de forças internacionais em seu país, quanto mais exercida pela OTAN. Sua justificativa pautava-se em dois pontos: A ação das forças iugoslavas para dismantelar o movimento de insurreição era legítima posto que é direito de um Estado soberano e

3 “O Grupo de Contato, responsável pelas negociações que levaram aos acordos de Dayton, é formado pela Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Rússia e Estados Unidos.” (NOGUEIRA, 2000, p. 159)

reconhecido internacionalmente a defesa de seu território. E segundo; a presença militar estrangeira depunha contra um fator fundamental para a sobrevivência de Milošević no poder, o controle da região do Kosovo. (NOGUEIRA, 2000) O resultado final dos acordos fora uma aceitação dos termos, apesar de certa resistência, por parte dos albaneses kosovares e a retirada da representação sérvia das negociações, seguida da ordem de envio de 40 mil soldados iugoslavos para o Kosovo, ato que comprovara as claras intenções de Milošević em dar seguimento à repressão já praticada na região. Um ultimato fora dado ao presidente iugoslavo pelo então representante do governo Clinton aos Balcãs Richard Holbrooke, ameaçando uma intervenção militar da OTAN, caso Milošević não aceitasse os termos propostos em Rambouillet. O insucesso das negociações e a continuidade dos ataques a civis kosovares levaram a decisão dos Estados Unidos, juntamente com a OTAN iniciarem, em 24 de março de 1999, ataques aéreos à Iugoslávia, que perdurariam até junho do mesmo ano. (POWER, 2008 p. 266)

2.3- O conflito e seus desdobramentos

A ação militar da OTAN contra alvos sérvios abre um precedente na história das relações internacionais desde a fundação das Nações Unidas e da criação da Organização do Tratado Atlântico Norte que transformou a dinâmica internacional e inseriu novos paradigmas no contexto internacional da atualidade tanto no que diz respeito ao papel das Nações Unidas como na inauguração da prática das intervenções humanitárias. Para a OTAN a ação representou, em seus 50 anos de história (à época), sua primeira grande operação militar, o que contribuiu para delinear seus novos objetivos. A organização, que fora criada em 1949 com o intuito de fazer frente ao bloco socialista do leste europeu, com a queda do socialismo teve sua principal função desativada, em virtude do desaparecimento do opositor ao qual deveria combater. A campanha em Kosovo serviu então como um exemplo concreto de práticas de ações que viriam a demandar a participação da OTAN. No que diz respeito a ONU, a guerra do Kosovo foi o maior desafio até então realizado às diretrizes definidas na Carta de São Francisco⁴ e a efetividade da instituição como um todo. Os ataques foram comandados pelo então secretário-geral da OTAN, Javier Solana, sem que uma resolução autorizando a ação fosse sequer proposta no Conselho de Segurança da ONU, órgão máximo

⁴ Foi definido na Carta de São Francisco, documento que delibera os fundamentos e regras das Nações Unidas, que cabe ao Conselho de Segurança decidir sobre todo e qualquer assunto que remeta a manutenção da paz e da segurança internacionais. Tal prerrogativa encontra-se no Artigo 24 do Capítulo V, intitulado *Conselho de Segurança*.

1. A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles. (Carta da ONU, Artigo 42, parágrafo 1, Cap. V)

Ainda sobre a decisão quanto à tomada de medidas relacionadas à manutenção da paz internacional, o Artigo 42, do Capítulo VII, intitulado *Ação Relativa a Ameaças a Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão* que o Conselho “poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.” (Carta da ONU, Artigo 42, Cap. VII). Portanto, qualquer ação militar que diga respeito a estabelecimento da paz deve necessariamente passar pela aprovação do Conselho de Segurança da ONU. A ação militar realizada pela OTAN não respeitou esse princípio estabelecido na Carta de São Francisco, desafiando a credibilidade e funcionalidade da organização.

no que toca aos assuntos relacionados à segurança internacional. A OTAN, e seus países-membros abdicaram da realização de uma consulta ao Conselho e agiram de maneira unilateral, atropelando uma série de regras e princípios estabelecidos desde a criação da ONU e que pressupõem inviolabilidade para que esta seja eficaz. (POWER, 2008)

A opção pela ação sem o respaldo da ONU fora escolhida por existir, dentre os membros permanentes do Conselho de Segurança (que possuem poder de veto sob qualquer resolução ali proposta), membros que vetariam uma resolução que se tratasse da realização de uma intervenção militar com fins humanitários no Kosovo. A China e a Rússia, dois dos cinco membros permanentes, se mostravam contrários a práticas de intervenção dessa natureza, sobretudo porque ambos os países sofrem com movimentos separatistas semelhantes ao caso do Kosovo e uma ação nesse sentido poderia abrir precedentes que fossem contra seus interesses. A operação encabeçada pela OTAN sem o consentimento da ONU demonstrou que a organização militar se tornou um instrumento de ação utilizado por alguns de seus estados-membros com objetivo de atender suas vontades no que diz respeito às relações internacionais, caso seu alcance não seja possibilitado somente através da ONU. A ação militar através da OTAN garantiu que houvesse certa legitimidade internacional devido ao tamanho da organização e o número de estados que essa abrange, mesmo que tenha causado constrangimentos por não ter-se valido de uma Resolução do Conselho de Segurança. (POWER, 2008)

Além dos fatores enunciados acima, outra grande inovação trazida pela intervenção internacional em Kosovo foi o conceito de intervenção humanitária, que tem como definição o *“ato de intervenção nos assuntos internos de outro país com vistas a pôr fim ao sofrimento físico causado pela desintegração ou abuso da autoridade do Estado, e a ajudar a criar condições para que uma estrutura de autoridade possa surgir.”* (Parekh, 1997, p. 61 apud NOGUEIRA, 2000, p. 152) De fato a intervenção em Kosovo interrompeu o sistemático massacre aos albaneses kosovares que ocorria na região. A parte os méritos e a eficácia da interrupção do conflito, a definição descrita acima omite a existência de interesses diretos dos países que se utilizam do pretexto da intervenção humanitária para praticarem seus interesses internamente a outros países, sendo estas ações camufladas por atos de combate a crimes humanitários.

O saldo do conflito fora a extensão do que deveria ser uma ação militar pontual para três meses de ataques aéreos à Iugoslávia. Após 12 500 bombardeios da OTAN e 78 dias de guerra o conflito teve seu fim. Slobodan Milošević, que contava como o apoio russo como seu intercessor nas negociações para a resolução do conflito, se viu sem o apoio internacional do país, *“quando a ONU, a OTAN e a Rússia subitamente começaram a se apresentar como frente unida”* (POWER, 2008, p. 296) e não encontrou alternativa a não ser se entregar as forças internacionais. O líder, antes mesmo do término do conflito havia sido indiciado pela promotora de crimes contra a guerra da ONU em Haia, Louise Arbour, por crimes de guerra e contra a humanidade. Após o fim dos conflitos, outra questão se formara: Qual seria o futuro do Kosovo? Após discussões entre os membros do Conselho de Segurança e da OTAN, e uma forte pressão por parte da Rússia para que o Kosovo não obtivesse a independência, em 10 de junho de 1999 fora aprovada a Resolução 1244, que *“concedeu ao Kosovo ‘autonomia substancial’, mas não independência, e ‘auto-administração significativa’, mas não autogoverno”* (POWER, 2008, p. 297).

A intervenção internacional interrompeu o projeto de limpeza étnica e expulsão da população de origem albanesa do Kosovo encabeçado por Milošević, findando com seu

governo e destruindo suas bases políticas. Acabou também com o estado de exceção criado pelo líder, para que este permanecesse no poder. A criação do estado de exceção pelos Estados modernos como mecanismo de manutenção do poder é o tema que será abordado no próximo capítulo. Além da exposição do conceito definido por Giorgio Agamben, será realizada uma articulação entre o conceito teórico e a questão do Kosovo.

CAPÍTULO III

Kosovo e o Estado de Exceção

3.1- Estado de Exceção

Ao redefinir o conceito de estado de exceção, Agamben propõe repensar a relação entre poder soberano e a vida dos indivíduos (biopolítica). Para tanto, o autor faz uma análise histórica do conceito de estado de exceção. A opinião mais geral sobre o termo recai sobre a constituição de um “*ponto de desequilíbrio entre o direito público e o fato político*” (Saint-Bonnet, 2001, pp. 28 apud AGAMBEN, 2004, pp. 11), ou seja, se dão em meio a períodos de crise política e se expressam por meio de guerras civis e insurreições, sempre em períodos de caráter temporário. Vive-se em estado de direito, portanto existem direitos e deveres válidos a todos os cidadãos, que são determinados pelo direito público e salvaguardados pelo Estado. Em casos atípicos de desordem política, seja ela por motivos de guerra, revoluções, catástrofes naturais etc., pode ocorrer de tais direitos e deveres serem suspensos/violados, criando-se um estado de exceção, de caráter passageiro. Observa-se, no decorrer do século XX, o surgimento de um fenômeno paradoxal relacionado à natureza da guerra civil, o qual atribui caráter legal à “suspensão da legalidade” neste tipo de guerra. O maior exemplo disto é o caso da Alemanha nazista, que “*promulgou, no dia 28 de fevereiro [1933], o Decreto para a proteção do povo e do Estado, que suspendia os artigos da Constituição de Weimar relativos às liberdades individuais*” (AGAMBEN, 2004, p. 12), de modo a criar um estado de exceção que perdurou por 12 anos.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (AGAMBEN, 2004, pp.13)

A percepção de práticas totalitárias aplicadas por meio das leis, como a descrita acima, delinea aquilo que Agamben chama de estado de exceção. O estado de exceção passa a ser, em maior ou menor dimensão, uma prática comum entre os Estados modernos⁵, inclusive dos democráticos e não ocorre de modo periódico e temporário, mas sim como técnica de governo, instrumento de manutenção do poder daqueles que governam, utilizado para combater aqueles que representam uma ameaça ao *status quo* vigente. O estado de exceção, portanto representa um mecanismo de manutenção do poder, utilizado pelos Estados modernos, coexiste ao estado de direito, e mais, é inerente ao próprio estado de direito. A normalidade, situação em que o estado de direito está em vigor é identificada através do seu antagonismo, a anormalidade. É a partir do excluído que se identifica o incluído. Nesse ínterim tem-se a definição do próprio estado de direito através do estado de exceção. Mas quem define o que é estado de exceção? Quem está à margem do estado do direito? Esta

⁵ Para o autor, o governo Bush teria violado o estado de direito e instituído a exceção contra os suspeitos de ligações com o terrorismo e/ou árabes em geral. Fato que inspirou as pesquisas do autor. A opinião do autor fica explicitada na seguinte passagem: “Já o *EUA Patriot Act*, promulgado pelo Senado no dia 26 de outubro de 2001, permite ao *Attorney general* ‘manter preso’ o estrangeiro (*alien*) suspeito de atividades que ponham em perigo ‘a segurança nacional dos Estados Unidos’; mas, no prazo de sete dias, o estrangeiro deve ser expulso ou acusado de violação da lei sobre imigração ou de algum outro delito. A novidade da ‘ordem’ do presidente Bush está em anular radicalmente todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável.” (AGAMBEN, 2004, p. 14)

função é exercida pelo poder soberano, capaz de decidir sobre a existência política dos indivíduos. (AGAMBEN, 2004)

Tal percepção da relação existente entre o indivíduo e o poder soberano parte do entendimento da soberania definida pela relação à vida do indivíduo enquanto membro do Estado, o que quer dizer que o significado do termo soberania não se limita ao monopólio do poder coercitivo, mas remete também ao poder de dar e retirar a condição de ser político. É, portanto, função do poder soberano decidir sobre a inclusão ou exclusão do indivíduo no estado de direito. Aquele a quem é negada a existência política encontra-se encerrado na sua existência biológica, no limite, vive no “estado de natureza”, excluído da vida em sociedade e dos direitos e deveres que tal condição implica. Seria legítimo ao Estado o poder de decidir sobre a vida política do indivíduo e aquele que tem sua identidade política negada pelo Estado se reduz à vida biológica, ou vida nua, desprovida de direitos políticos, inexistindo perante a lei. Lei que, formalmente, se aplica a todos aos indivíduos, que supostamente vivem em estado de direito. Mas, concretamente, aqueles que tiveram sua vida política banida pelo poder soberano estão fora do alcance das leis, mesmo com o pressuposto de que o estado de direito atinja todos os indivíduos, aqueles que tiveram sua identidade política destruída deixam de serem indivíduos políticos, portanto contemplados pelas leis. A universalidade do estado de direito é válida somente para aqueles indivíduos que são existentes politicamente, ainda que formalmente o estado de direito seja para todos.

A partir da redefinição do conceito de soberania e do entendimento de como se dá a criação de estado de exceção é que se compreende a utilização desse instrumento por parte do soberano como mecanismo de manutenção do poder. Como apontado no caso nazista, o Estado é capaz de criar condições para que seus inimigos sejam desprovidos da existência política, sejam eles personalidades únicas, ou grupos inteiros de pessoas que se encontram sob o comando do Estado. E, para Agamben, mais que um artifício, a criação de exclusões é vital para a sobrevivência do Estado, que tem necessidade constante de manutenção da ordem, para a qual as “exclusões” contribuem decisivamente. A privação dos direitos de parcela da população funciona como uma “alavanca à consciência coletiva”, isto é, cria nos demais indivíduos o medo constante de serem excluídos, medo este que os faz comportarem-se como deseja o Estado. O estado de exceção constitui, portanto, uma arma poderosa utilizada pelos Estados, que pode ser empregada graças ao monopólio do poder soberano sobre a decisão de inclusão ou exclusão dos indivíduos à vida política (à concessão de cidadania política).

3.2 - Exceção em Kosovo

A população do Kosovo sofreu, durante toda a década de 1990, uma série de atentados contra os seus direitos, ações que permearam entre a humilhação pública, desmoralização, agressões físicas, a promoção de extermínios coletivos e fuga em massa. A ação violenta contra os albaneses kosovares tem sua origem no Estado sérvio, que não só incentivou a prática de atentados violentos contra o grupo, como criou, através de mecanismos legais e de sua posição soberana, situações que permitiram o estabelecimento de um estado de exceção em Kosovo. A partir de 1989 e da eleição de Milošević como presidente da Sérvia, o Kosovo, que até então possuía status de província autônoma, fora anexado à região da Sérvia e submetida ao comando de Belgrado. As movimentações políticas nos Bálcãs apontavam para o acirramento dos nacionalismos e Milošević, destacado líder ultranacionalista, mostrara claras intenções de expansão do território sérvio. Foi através

do nacionalismo e da promessa da criação da Grande Sérvia que o presidente alcançara o poder. Uma vez na presidência se fez necessária a manutenção de suas bases, a incitação do nacionalismo era fundamental para que o governo fosse sustentado/legitimado. A estratégia adotada para tanto fora a de arquitetar um nacionalismo em detrimento de outros povos é que se definia o povo sérvio.

Nesse contexto é que se desenrolaram todos os conflitos na região ao longo da década de 1990. Após o término da guerra da Bósnia em 1995 e a manutenção das fronteiras originais, estipulada através do acordo de Dayton, esgotou-se a fonte externa que movia o nacionalismo sérvio. Com as fronteiras mantidas impossibilitou-se a criação da Grande Sérvia e da realização do projeto expansionista prometido por Milošević, o que poderia se transformar em uma crise de estabilidade política.

As dificuldades políticas de Milošević criaram incentivos para a retomada da questão do Kosovo como elemento dinamizador do discurso nacionalista na tentativa de, mais uma vez, consolidar seu poder pela invocação da ameaça externa à integridade e existência da nação sérvia. (NOGUEIRA, 2000)

Nesse ínterim, fez-se necessário buscar outras fontes que fossem capazes de manter as bases nacionalistas e o Kosovo, província que desde sua anexação reivindicava a retomada de sua autonomia, se tornou o alvo do nacionalismo sérvio. A região já sofria as conseqüências do nacionalismo sérvio desde sua anexação ao território daquele país, período em que já se percebe a ação do Estado em virtude da construção de um estado de exceção em Kosovo.

As instituições albanesas tinham sido fechadas, os líderes afastados, a rotina diária tolhida por policiamento ostensivo e, a partir de março de 1989, por um toque de recolher. As emendas constitucionais servias praticamente despojaram os albaneses (que já eram subclasse oprimida) de toda e qualquer autonomia ou representação política. (JUDT, 2008, pp.664).

A passagem acima traz exemplos claros de como o Estado sérvio se articulou para desprover os albaneses kosovares de existência política. Ao tolher os direitos desse grupo, o Estado lhes impõe a condição de inexistência. As leis que antes garantiam as liberdades dos cidadãos do Kosovo já não são mais válidas “universalmente”, posto que estas contemplam somente aqueles que existem politicamente. Uma vez desprovidos de personalidade política e do aparato legal que poderia salvaguardar condições dignas de vida aos kosovares, a prática de ações contra o grupo se tornou corrente, atos que partiam tanto do Estado como da sociedade civil. Em 2002, em depoimento prestado ao Tribunal Criminal para a Iugoslávia, em Haia, na ocasião do julgamento de Slobodan Milošević, o então presidente do Kosovo Ibrahim Rugova afirmou que, “*sob a lei sérvia, os meios de comunicação que transmitiam em albanês foram fechados, e jornalistas foram expulsos de seus escritórios pela polícia*” (BBC 2002)⁶ e ainda que, em 1993, 150 mil albaneses foram demitidos por motivos étnicos. Sob a lógica da exclusão criada pelo Estado sérvio, as atividades criminosas cometidas contra os albaneses perdiam seu significado como tal, uma vez que essa parcela da população foi isenta do acesso aos mecanismos que garantissem o estado de direito e passaram a inexistir perante a lei.

6 Presidente kosovar diz que Milosevic oprimiu albaneses, BBC Brasil, BBC World Services – acessado em 17/11/2009 http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020503_kosovofn.shtml

A ação do Estado sérvio contra a população albanesa fez com que a representação política kosovar entrasse para a ilegalidade. Com o avanço da violência o grupo de resistência kosovar se fortaleceu, sendo que parte deste grupo, desacreditada de que ativismo político seria capaz por si só de reverter a situação ali instaurada, optara pela luta armada. “*Os kosovares se organizaram através do Exército de Libertação do Kosovo, ELK, movimento guerrilheiro que passou a enfrentar as forças regulares de Belgrado*” (SOARES, 1999, pp. 79). A existência de uma resistência armada serviu como pretexto para Milošević intensificar os crimes contra a população da região e promover o extermínio de famílias inteiras de albaneses, sob a alegação de que estas eram combatentes do ELK, portanto não civis. “*A tática do grupo – que consistia, principalmente, em ações guerrilheiras contra delegacias policiais – propiciou a Milošević a oportunidade de condenar toda a resistência albanesa como ‘terrorista’ e autorizar uma campanha de violência.*” (JUDT, 2008, pp.672)

A partir de 1998 dá-se início ao massacre da população de origem albanesa em moldes semelhantes àqueles utilizados pelos sérvios na promoção de limpeza étnica durante a Guerra da Bósnia. “*Entre 1998/1999, foram expulsos 500 mil kosovares de origem albanesa, 450 povoados foram queimados e duas mil pessoas assassinadas.*” (Gerstenberg, Deutsche Welle)⁷. O redirecionamento do alvo nacionalista para o Kosovo foi bem sucedido no que diz respeito à manutenção do *status quo*. Milošević foi capaz de construir internamente a imagem de um inimigo que se tornara referência para a determinação e afirmação do nacionalismo sérvio (e da sua liderança política), seguindo a lógica do negativismo que determina a definição do incluído através da identificação do excluído. O estado de exceção criado em Kosovo servira então como elemento norteador do nacionalismo sérvio, que compunha as bases políticas de Milošević. Além disso, exerceu a função de alavanca à consciência coletiva, que cumpre função de coibir o aparecimento de forças de oposição, ao trazer à luz a iminência de exclusão, situação a qual estão sujeitos todos aqueles que são subordinados ao poder soberano.

Apesar do êxito quanto à manutenção do poder e das bases que sustentavam o governo, a intensificação dos atos violentos contra os albaneses despertou a atenção das potências mundiais, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos, e transformou a questão em uma “*crise de caráter internacional*” (NOGUEIRA, 2000) e foi a partir da intervenção internacional que houve a desestruturação do governo de Milošević, que acabou sucumbindo às pressões externas. Os ataques da OTAN marcaram o fim do governo sérvio pautado no nacionalismo de Milošević, pondo fim ao estado de exceção promovido por ele. O conflito representou o desfecho de uma década que modificara brutalmente a configuração do Balcãs e que deixa marcas até os dias atuais. Em menos de dez anos a região deixara de ser um Estado unificado e coeso para digladiar-se em uma guerra fratricida e na busca por afirmação de nacionalismos, que culminou no nascimento de seis novos Estados e deixou para trás um saldo de milhares de mortos.

Finalmente, uma última anotação sobre o estado de exceção em Agamben (2004) diz respeito à personalização do exercício do poder soberano que acompanha a exceção (correlato à biopolítica). O autor recorre ao exemplo da República romana, à diferenciação entre *auctoritas* e *potestas*, a fim de discorrer sobre o assunto, diferenciação que remete ao papel dos magistrados e senadores romanos. Os primeiros (os magistrados supremos, cônsules da

7 1999: Conferencia de Rambouillet, Calendário Histórico, Deutsche Welle – acessado em 15/11/2009 <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,303134,00.html>

República) detinham a autoridade legal – *potesta* – e, diante de crises, podiam eleger um ditador pelo prazo de seis meses e com as suas funções voltadas à superação da crise. Porém, cabia ao senado, composto pelos “pais da república” (patrícios e descendentes, considerados os “autores” da república, os “pais da pátria”), declarar um estado de crise de tal forma grave (não controlável por uma ditadura), no qual as leis deixavam de existir. Gozavam, portanto, da autoridade ligada à pessoa – *autorictas* -, aos “autores”, fundadores da República – que embora não pudessem eleger um ditador para debelar uma crise; podiam decretar o que eles designam de *senatus consultum ultimum*, e a conseqüente proclamação do *institium*, um estado anômico no qual qualquer cidadão poderia praticar medidas que considerasse necessárias à salvação da república. E conforme Agambem (2004):

Para compreender fenômenos modernos como o *Duce* fascista e o *Führer* nazista, é importante não esquecer sua continuidade com o princípio das *auctoritas principis*. (...) nem o *Duce* nem o *Führer* representam magistraturas ou cargos públicos constitucionalmente definidos – ainda que Mussolini e Hitler estivessem investidos, respectivamente, do cargo de chefe de governo e do cargo de chanceler do Reich (...) As qualidades de *Duce* e de *Führer* estão ligadas diretamente à pessoa física e pertencem à tradição biopolítica da *auctoritas* e não à tradição jurídica da *potestas*. (AGAMBEN, 2004, p. 127)

Recorrendo a alguns autores, como Carl Schmitt, Agamben salienta como o “(...) *Führer* é definido por meio de categorias psicológicas (*vontade energética, consciente e criativa*)”; ou em Pietro de Francisci, para quem “(...) *A autoridade do dux ou do führer nunca pode ser derivada [da lei], mas é sempre original e deriva de sua pessoa*” (Agambem, 2004, p. 128-130). Para o autor, os que se deixam seduzir pelas qualidades pessoais do *führer/dux*, parecem não perceber que “(...) *o caráter original do poder que descrevem deriva da suspensão ou da neutralização da ordem jurídica – isto é, em última instância, do estado de exceção*” (AGAMBEN, 2004, p. 129)

Dessa forma, o autor aponta para a relação entre exceção e personalização do poder, eminentemente nos casos extremados de “guerra civil” declarada a um contingente populacional dentro de um Estado, situação em que a *auctoritas* e a *potestas* “(...) *tendem a coincidir numa só pessoa, quando o estado de exceção em que se ligam e se indeterminam torna-se a regra, então o sistema jurídico-político transforma-se em uma máquina letal*”. (AGAMBEN, 2004, p.131) Essa situação é observada em Kosovo, quando o presidente sérvio Slobodan Milošević assume a liderança do país e dá início ao seu plano nacionalista de construção da Grande Sérvia. O líder se enquadra na descrição feita por Agambem, no que diz respeito à personificação do poder, atrelado à criação de estado de exceção, cumprindo ao mesmo tempo função de *autocratas* e a de *potestas*, e assim se utilizando de sistema jurídico-político de modo a existirem as condições para que o estado de exceção fosse criado em Kosovo.

Considerações Finais

Os conflitos que se desenrolaram na região dos Balcãs ao longo da década de 1990 marcaram o final do século e XX e o desfecho do mundo bipolarizado da Guerra Fria. Sua compreensão passa inevitavelmente pelo entendimento das mudanças ocorridas no sistema internacional durante o período, sendo os conflitos vividos naquela região conseqüências de tais transformações. Segundo a descrição de João Pontes Nogueira, o processo de transformação no sistema internacional caracterizara-se

pela ausência, na origem, de um conflito hegemônico. Este é, sem dúvida, um aspecto que assinala a singularidade do pós-Guerra Fria diante de outros períodos históricos, ao mesmo tempo em que sugere uma mudança qualitativa nas estruturas, atores e processos que caracterizaram as relações internacionais modernas. (NOGUEIRA, 2000, p. 143).

A queda da URSS representou uma crise ideológica para o socialismo e desencadeou o surgimento de novos atores estatais no sistema internacional. A formação de novos Estados se deu por processos de diferentes naturezas, sendo processos de adaptação, democratização, separação e reestruturação nacional. Nogueira ainda contribui para o entendimento dessas transformações ao enunciar um *“padrão nos processos de reconfiguração da ordem mundial: a redistribuição de poder que está em seu cerne e que, para autores neo-realistas, é a variável mais importante de mudança implica uma reorganização do espaço territorial uma reconfiguração geopolítica.”* (NOGUEIRA, 2000, p. 144)

Certamente os conflitos que se desencadearam na região da antiga Iugoslávia na década de 1990 são um marco para as relações internacionais. As guerras regionais e o desmantelamento de um Estado socialista seriam mais um exemplo dos processos de abertura desses países para o mundo capitalista, não fosse por suas peculiaridades e contradições. Assim como Hungria, a extinta Tchecoslováquia, Ucrânia, dentre outros que sofreram processos de reestruturação nacional, o mesmo ocorreria com a Iugoslávia, que se distingue, no entanto, por apresentar o reaparecimento de nacionalismos, domesticados durante os anos de experiência socialista, e ressuscitados por lideranças políticas que emergiram do colapso das repúblicas socialistas.

No que tange aos conflitos da Iugoslávia e a participação tanto de Estados como de organismos internacionais, a maneira com que se desenharam os acordos de paz, intervenção das Nações Unidas, posteriormente da OTAN e mesmo a opinião pública internacional apresentou tanto inovações, como serviu como prática e comprovação da posição dos Estados Unidos como grande hegemonia. A queda da potência soviética e o fim da Guerra Fria geraram no mundo expectativas de que finalmente, sem a existência do jogo de poder entre URSS e Estados Unidos, as Nações Unidas cumpririam seu papel de instituição internacional com poderes de fato, sem que houvesse a trava exercida pelo equilíbrio de poder entre as duas potências e sua *“supremacia”* quanto ao futuro dos Estados pertencentes a cada zona de influência. Entretanto, observa-se através das seguidas missões da ONU durante toda a década de 1990, que a atuação da organização é limitada tanto pela vontade dos Estados financiadores, como do Conselho de Segurança, sobretudo a dos Estados Unidos que *“concentraram nas suas mãos, durante a década de 1990, todos os instrumentos de poder indispensáveis ao exercício da liderança ou hegemonia econômica mundial(...). Além disto, mantiveram e aumentaram seu poder no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural.”* (FIORI, 2004 – p. 15)

Outras missões como a do Camboja, Ruanda, Angola ilustram bem as limitações da organização, entretanto ocorrem na periferia do sistema internacional, enquanto a missão nos Balcãs acontece na fronteira do centro europeu, o que inevitavelmente resulta em maior vontade das potências mundiais em propagar seus interesses. Durante os conflitos da

Iugoslávia, a Organização das Nações Unidas revelaram-se incapazes de promover a manutenção da paz e da segurança nas áreas internacionalmente demarcadas como áreas “neutras” destinadas a refugiados, tanto por sua dependência financeira, de armamentos e Exércitos nacionais dispostos a assumir a missão, como, e sobretudo, por suas próprias travas burocráticas e sua regulamentação que imobiliza qualquer ação que tanja a neutralidade. Prova disso foi o massacre de Srebrenica, na Bósnia, em 1995. Essa cidade havia sido transformada em área de segurança pelo Conselho de Segurança da ONU através da Resolução 836, e a ela designada uma tropa de soldados holandeses representando a ONU. Em Julho de 1995 o exército sérvio na Bósnia, liderado pelo general Ratko Mladic, invadiu a cidade e promoveu o maior genocídio da história da Europa desde o holocausto, assassinando cerca de oito mil homens e adolescentes. Quando a população acorreu às forças de paz holandesas, essas nada fizeram para que o massacre não ocorresse. (POWER, 2008) Esse fora um dos episódios mais vergonhosos da história das Nações Unidas e deixou claro que há grande dependência do organismo das grandes potências e limitações de atuação que impossibilitam a realização plena dos objetivos de manutenção de paz e da segurança dos civis.

Em 1995, durante a guerra da Bósnia, a OTAN realizou sua primeira ação militar efetiva, algo que não ocorrera nem durante os anos de Guerra Fria, o que, de maneira pragmática, designou à organização novos objetivos. A intervenção da OTAN, na Bósnia, a pedido da ONU e, sobretudo posteriormente em Kosovo, de maneira unilateral, se enquadra no novo conceito de intervenção humanitária, que se tornou corrente no mundo atual. Sobre a prática de intervenção humanitária João Pontes Nogueira afirma que esta

reflete a evolução do regime internacional de direitos humanos e a progressiva legitimação de várias modalidades de intervenção internacional inclusive o uso da força como forma de combater violações maciças de direitos humanos e atos de genocídio. Mais ainda, o desenvolvimento de uma prática internacional de intervir nos assuntos internos de um Estado para resolver crises humanitárias, com ou sem o consentimento da autoridade governamental local (quando ela existe), implica uma reinterpretação da regra da soberania como princípio regulador central da sociedade internacional. (NOGUEIRA, 2000, p. 144).

Fica claro que ocorrem durante a década de 1990 mudanças de paradigmas do sistema internacional. Inaugura-se uma nova fase de atuação das Nações Unidas, estabelecem-se novos objetivos para a OTAN, nascem dezenas de novos Estados e o mundo se depara com a hegemonia norte-americana. Os conflitos dos Bálcãs estão inseridos nesse contexto e, além disso, não deixam de serem conseqüências deste. Sua compreensão, portanto, não deve de modo algum se limitar aos acontecimentos locais e sim estar devidamente inserida no contexto do pós Guerra Fria. O balanço final dos conflitos fora o desmembramento da Iugoslávia e a criação de seis novos Estados, às custas de destruição, milhares de mortes, extermínios, exclusões. A região ainda se recupera e sente a herança destrutiva, legado deixado por lideranças e liderados, que optaram por transformar as diferenças em hostilidades e levá-las as últimas conseqüências.

Referências Bibliográficas

Livros:

AGAMBEN, Giorgio – *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio - *Homo Sacer (O poder soberano e a vida nua I)*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

FIORI, José Luís – Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In J. L. FIORI, *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2004.

FREUD, Sigmund – *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro, Imago Ed. 1007.

HOBBSBAWN, Eric – *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony – *Pós-guerra, uma história da Europa desde 1945*. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, João Pontes – *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. A Guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: Notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio - Vol. 15 No 44, p. 143-160, São Paulo, Out. 2000.

POWER, Samantha – *O homem que queria salvar o mundo: uma biografia de Sergio Vieira de Mello*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008

SOARES, Jurandir – *Iugoslávia: Guerra Civil e desintegração*. Porto Alegre, Novo Século, 1999.

Sites:

1999: Conferencia de Rambouillet, Calendário Histórico, Deutsche Welle – acessado em 15/11/2009

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,303134,00.html>

Carta da ONU – Nações Unidas no Brasil – Acessado em 16/11/2009

<http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>

Ethnic Cleansing in Kosovo – acessado em 20/05/2009

http://www.state.gov/www/global/human_rights/kosovoii/homepage.html

NYU – Remarque Institute – acessado em 23/05/2009

<http://remarque.as.nyu.edu/page/home>

Presidente kosovar diz que Milosevic oprimiu albaneses, BBC Brasil, BBC World Services – acessado em 16/11/2009

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020503_kosovofn.shtml